

Padrão de Acumulação e dinâmica da economia maranhense na década dos 2000

Ricardo Zimbrão Affonso de Paula¹.
Felipe Macedo de Holanda².

Resumo

Este artigo versa sobre o padrão de acumulação do estado do Maranhão e sua dinâmica na década dos 2000. Inicialmente aborda-se o processo histórico de formação da economia maranhense a partir de sua articulação ao Antigo Sistema Colonial como pólo exportador de commodities agrícolas, evidenciando a vulnerabilidade desta economia ao ciclo externo e sua limitada diferenciação produtiva, quadro que se repõe a partir da instalação dos grandes projetos minero-metalúrgicos e logísticos na década de 1980 e da crise que se segue na década seguinte. Uma avaliação do elevado dinamismo da economia maranhense na década de 2000 destaca os três vetores principais da expansão recente, quais sejam, as exportações de commodities agrícolas e minerais, a expansão das transferências federais e a expansão do crédito para o consumo e o financiamento imobiliário. Uma análise da dinâmica do mercado de trabalho nas duas décadas recentes e, em especial no período pós-crise financeira internacional, demonstra como permanece a vulnerabilidade desta economia ao ciclo internacional das commodities agrícolas e minerais. Por fim, discute-se o novo ciclo de investimentos no Maranhão, suas oportunidades e obstáculos, especialmente com a construção da Refinaria Premium I em Bacabeira e seus impactos na atividade econômica do estado.

Palavras-chave: Economia – Brasil – Maranhão – Acumulação – Crise - Mercado de trabalho.

Abstract

This article is about the pattern of accumulation of Maranhão and its dynamics in the decade of 2000. Initially we discuss the history of the development of the economy from Maranhão its relationship to the old colonial system as a major exporter of agricultural commodities, highlighting the vulnerability of the economy to external cycle and limited productive differences, table restores from the installation major mining and metallurgical projects and logistics in the 1980s and the crisis following the next decade. An evaluation of the high dynamism of Maranhão in the 2000s highlights the three main vectors of the recent expansion, namely, exports of agricultural commodities and minerals, the expansion of federal transfers and credit expansion to the consumer and real estate financing. An analysis of the dynamics of the labor market in recent two decades, and especially in the post-financial crisis, demonstrates how this economy remains vulnerable to international cycle of agricultural commodities and minerals. Finally, we discuss the new investment cycle in Maranhão, its opportunities and obstacles, especially with the construction of the refinery in Premium I Bacabeira and its impacts on economic activity in the state.

Keywords: Economics - Brazil - Maranhão - Accumulation - Crisis – Job Market.

¹ Professor do Departamento de Economia da UFMA.

² Professor do Departamento de Economia da UFMA.

1 - Introdução

Este ensaio versa sobre o padrão de acumulação na economia do estado do Maranhão e sua dinâmica na década dos 2000. Entende-se por *padrão de acumulação* a definição de Tavares (1998), a qual o define como uma articulação específica entre a diferenciação da estrutura produtiva e a distribuição social da renda. Portanto, o padrão de acumulação que se desenvolveu no Maranhão desde os tempos coloniais, reflexo da demanda externa, se constitui em verdadeiro obstáculo para o desenvolvimento socioeconômico daquele estado.

Parte-se do pressuposto de que a sociedade maranhense não pode ficar dependente apenas dos exógenos ciclos conjunturais favoráveis, mas também deve orientar-se por um modelo endógeno de geração de riqueza e renda. Sabe-se de antemão que a base material em que se assenta a sociedade maranhense é bastante precária: baixo nível de monetização da economia; baixo nível educacional de sua população; baixo nível técnico de sua agricultura – com a óbvia exceção do setor de agronegócio –; estrutura produtiva altamente concentrada nos complexos soja, alumina e ferro.

A dinâmica recente da economia maranhense, ou seja, de 2004 a 2008, apontou um forte crescimento baseado em três vetores: expansão das exportações de *commodities* agrícolas e minerais (os já citados alumina, ferro e soja); expansão das transferências federais, tais como FPE, FPM, FUNDEF³ e, principalmente, o Bolsa Família; e, a expansão do crédito ao consumo e ao financiamento imobiliário. Isto é, dos três vetores apontados um apenas está ligado diretamente à produção. Entretanto, a grande crise internacional que eclodiu em setembro de 2008, também mostrou – mais uma vez! – que o padrão de acumulação do Maranhão é vulnerável aos choques externos, além de insustentável no longo prazo. O Maranhão foi mais afetado do que o Brasil com a crise, justamente porque sua estrutura produtiva é extremamente dependente do comércio exterior. É importante afirmar que tal crise só não se transformou em colapso, devido às transferências de recursos de Brasília para o estado.

O ensaio que ora apresenta-se é estruturado da seguinte forma: no tópico dois aborda-se o processo histórico da formação desse padrão de acumulação da economia maranhense. No tópico terceiro, discute-se a trajetória da agropecuária no Maranhão,

³ FPE – Fundo de Participação dos Estados; FPM – Fundo de Participação dos Municípios (parcelas transferidas da arrecadação nacional do Imposto de Renda e do Imposto Sobre Produtos Industrializados) e; FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, vinculado ao financiamento das despesas com atividades da educação nos estados e municípios.

sua inserção no mercado nacional e a formação do complexo exportador da soja. No tópico quarto, analisa-se a dinâmica da economia maranhense nas décadas de 1980 e 1990. No tópico quinto discute-se as fontes do dinamismo da economia do Maranhão na década dos 2000. No tópico sexto discute-se a conjuntura pós-2004, destacando os três vetores principais, quais sejam, as exportações de *commodities* agrícolas e minerais; a expansão das transferências federais; e, a expansão do crédito para o consumo e o financiamento imobiliário. No tópico sete, aborda-se o mercado de trabalho e como o padrão de acumulação reflete neste setor. No tópico oitavo, discute-se o impacto da crise internacional de 2008 no Maranhão. No tópico nove, à guisa de conclusão, discute-se o novo ciclo de investimentos no Maranhão, as oportunidades e os obstáculos, especialmente com a construção da Refinaria Premium I em Bacabeira e seus impactos no conjunto da atividade econômica do estado.

2 – Linhas gerais do processo histórico da formação da economia maranhense

Alberto Arcangeli (1987: 92-106) analisa a formação econômica do Maranhão em quatro fases: *a) conquista e povoamento inicial; b) inserção na divisão internacional do trabalho; c) “involução” econômica; d) inserção na divisão nacional do trabalho.*

A inserção do Maranhão na divisão internacional do trabalho deu-se a partir da segunda metade do século XVIII, por meio da exportação de três produtos: o algodão, o arroz e o couro. Esta fase foi impulsionada a partir da intervenção direta da Metrópole, que através da política do Marquês de Pombal, reorientou a economia do Maranhão, constituindo a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Inicia-se, assim, o modelo exógeno de acumulação, no quadro econômico mercantil-escravista colonial.

A Companhia foi criada em 1755 e extinta em 1778. Contudo, teve sua importância para a inserção do Maranhão no comércio Atlântico. Encarregou-se de estabelecer e generalizar a escravidão, sistematizar a cultura do algodão e do arroz, especialmente ao introduzir uma nova espécie de grão – o tipo Carolina – que substituiu em 1765 o arroz vermelho nativo; financiou sementes, escravos, ferramentas e equipamentos de beneficiamento da produção, proporcionando, portanto, àquela parte da colônia, até então não produtora de mercadorias, capitais necessários à geração interna de valor.

Dos três produtos apontados acima, o mais importante, sem dúvida foi o algodão. A Europa, com a industrialização em gestação na Inglaterra, havia tornado grande mercado para esta fibra, uma vez que a acumulação de capital produtivo passara a centrar-se na atividade têxtil. Entre os tradicionais abastecedores da matéria-prima para àquela atividade estavam as colônias inglesas da América do Norte. Contudo, com a guerra de independência e a conseqüente formação dos Estados Unidos, no último quarto do setecentos, desarticulou-se o abastecimento da indústria têxtil inglesa. É nesse quadro que propiciou os avanços da organização produtiva algodoeira no Maranhão, tornando-o um importante fornecedor da fibra para a indústria européia. De acordo com Francisco Mesquita (1987: 58) 1760 é o ano em que ocorreu a primeira exportação de algodão maranhense.

Entretanto, como demonstra um estudo recente sobre o comércio marítimo do Maranhão ao longo do século XIX (PAULA & SIVA, 2009), este sempre foi um exportador marginal de algodão para a Europa. Seu comércio sobressaía-se justamente quando os EUA não supria a indústria inglesa. É dentro desse contexto que Furtado caracterizou a produção algodoeira naquele período de *falsa euforia exportadora maranhense* (1979: 89-92). Ou seja, a exportação de algodão era dependente da redução da oferta norte-americana. Um exemplo é a Guerra Civil nos EUA (1860-65), quando esta cessou o abastecimento, novamente a Inglaterra voltou-se para o Maranhão. Essa relação volátil foi a tônica ao longo do oitocentos. Em nenhum momento, houve uma elevação da produção de algodão no Maranhão. Esta permaneceu constante, especialmente, ao longo da segunda metade do século XIX (PAULA & SILVA, 2009).

A partir da última década do século XIX, o Maranhão entra numa fase de decadência econômica. A abolição da escravidão encontra o Maranhão em situação adversa de mercado para seus produtos e sem reserva de trabalho livre. Os escravos libertos, dada a existência de terras livres, preferem fugir das fazendas e estabelecer atividades autônomas de subsistência. A Lei de Terras, promulgada desde a década de 1850, que estabelecia poderosos obstáculos ao acesso à propriedade, de modo a evitar o êxodo de trabalhadores das grandes *plantations*, não consegue ser aplicada no Maranhão (ARCANGELI, 1987: 98-100).

Sem condição de criação de um mercado interno de trabalho e de produto, após o corte de ligação com o mercado externo, não restou outra alternativa à economia maranhense que não a regressão à subsistência, pelo desmembramento da grande propriedade e pela proliferação das pequenas propriedades em áreas novas; os escravos

libertos assumiram esta produção de subsistência, no cultivo de suas próprias roças. Surgiu, então, uma economia de pequenos lavradores, dedicados prioritariamente à produção alimentar para o autoconsumo, policultura e fundada no trabalho familiar (Idem).

Não obstante à regressão à produção de subsistência, a cotonicultura, nesta fase, não desaparece como atividade econômica no Maranhão. Se mantém em baixo nível de acumulação e sua presença, inclusive, dá origem ao parque têxtil local, a partir das duas últimas décadas do século XIX (TEXEIRA, 2003).

A pecuária também continua como uma atividade importante, mantendo as características de extensividade e mobilidade espacial, e seu progresso não é atingido pelos efeitos da abolição, dada a exigüidade de seus requerimentos de trabalho.

Uma atividade que se destacava nesse momento era o cultivo da cana. Desde a década de 1850, os fazendeiros ao lado da produção de algodão, invertia parte de seu capital no cultivo da cana. Um estudo aponta que este foi um dos fatores – mas não único – que impediam a expansão do algodão em períodos de redução da oferta norte-americana no mercado internacional. Na década de 1860 começaram a florescer engenhos de açúcar, o que demandava certo investimento inicial. Com estas inversões para a cana e, de acordo com os Relatórios dos Presidentes de Província⁴, em especial, os das décadas de 1860, a noção dos fazendeiros sobre sua situação no mercado internacional do algodão, viam na redução da oferta do principal país exportador uma oportunidade de ganho, sem expansão da sua produção (PAULA & SILVA).

É também desta fase o surgimento de um novo produto: o babaçu. Através dele, o Maranhão ensaia nova inserção no mercado externo. As primeiras exportações de babaçu datam de 1910. Entretanto, a atividade extrativista da coleta deste coco, fruto de uma palmeira encontrável em parcela significativa do território maranhense, somente passará a ter efetivo peso econômico a partir das décadas de 1940 e 1950, quando o parque industrial incorporará pequenas unidades de prensagem para a extração do óleo da amêndoa do babaçu (ARCANGELI, 1987).

Na década de 1940 inicia-se a inserção do Maranhão na divisão nacional do trabalho. Esta inserção vai se efetivando aos poucos na década de 1950 com a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), no regime militar com a criação das Superintendências de desenvolvimento Macrorregionais (SUDENE-

⁴ Ver: Center for Research Libraries. Global Resources Network. **Relatórios de Presidentes de Província**. Maranhão. www.crl.edu.

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste; SUDAM-Superintência do Desenvolvimento da Amazônia etc.), resultado da consolidação do novo modelo de acumulação assentado na indústria de bens de capital e na articulação de capitais entre a Avenida Paulista e as demais regiões do país. Desse modo, São Paulo vai ditando o movimento de integração do mercado nacional a partir da demanda de seu pólo industrial concentrado.

No período entre 1940 e 1970 passa a ter importância comercial crescente a exploração do babaçu (produção e exportação de óleo alimentar e cosmético, que chegou a ser o maior item da pauta de exportações do estado no período) e as plantações de arroz irrigado e de sequeiro. A baixa produtividade na produção do óleo de babaçu e na produção de arroz explica o processo de decadência enfrentado pelas duas culturas a partir do final da década de 1970, premidas, em um caso pelo desenvolvimento tecnológico do cultivo de arroz irrigado baseado em mecanização no sul do país e na Argentina e Uruguai e, de outro lado, no barateamento relativo do óleo de soja e de palma, que, além de pesquisa e inovação tecnológica sistemáticas, têm a favor de si o cultivo especializado em larga escala e através de lavoura mecanizada, ao passo que o babaçu continua a ser explorado de forma extrativista e em grandes extensões de território (ARCANGELI, 1987; HOLANDA, 2009).

A partir da segunda metade da década de 1970 começa no Maranhão a fase dos grandes projetos, que irão, sobrepondo-se à base da pecuária extensiva e da economia camponesa tradicional, fixar os contornos socioeconômicos atuais do estado. Os grandes projetos foram desenhados a partir do II PND (II Plano Nacional de Desenvolvimento – Governo Geisel, 1974-1978), sob a bandeira do Projeto Grande Carajás, com a instalação da Companhia Vale do Rio Doce na Ilha do Maranhão, o aproveitamento da estrada de ferro existente e a instalação da Alumar (consórcio multinacional voltado à produção e exportação de alumínio em lingotes), além da expansão, com incentivos e subsídios federais e estaduais de projetos agroindustriais tais como eucalipto e bambu para celulose, pecuária bovina, cana de açúcar e álcool (HOLANDA, 2009).

Estes projetos foram instalados acoplados às obras de infra-estrutura com grandes investimentos governamentais, tais como: construção de rodovias, em especial a BR-135 que associada a BR-316 interliga São Luís ao Nordeste, e Linhas de Transmissão de energia elétrica - “Linhão” Tucuruí (PA) - São Luís (MA), dentre

outras, determinando a expansão da atividade portuário-industrial e das outras indústrias ali instaladas.

A instalação de guserias no Maranhão e no Pará levou também, a partir do início da década de 1980, à expansão da atividade de desmatamento voltado à produção de carvão, que impactou de forma significativa as regiões central e leste do estado. Mais recentemente, a diminuição da oferta de madeira proveniente de matas nativas do Pará e Maranhão e as crescentes restrições interpostas pela legislação ambiental estão trazendo investimentos no estado com vistas à produção de carvão a partir de reflorestamento de eucalipto (HOLANDA, 2009).

Ao final da década de 1970 uma nova frente de ocupação econômica se delineia, com o avanço da agricultura graneleira mecanizada (principalmente soja, mas também milho, arroz e algodão) no sul do estado, a partir da região de Balsas. Ao final da década de 1980 tem lugar novo avanço de um segundo pólo de agricultura graneleira mecanizada, agora na região leste do estado (nas microrregiões de Chapadinha e do Baixo Parnaíba).

Em resumo, a partir década de 1980, a dinâmica econômica do Maranhão passa a ser determinada pela chegada dos chamados grandes projetos mineiro-metalúrgicos, com destaque para a Alumar – indústria de base operando no beneficiamento da bauxita oriunda do Pará, produzindo alumina e alumínio; e Projeto Grande Carajás envolvendo três estados: Pará, Maranhão e Tocantins – extração de minérios, principalmente de ferro da Serra dos Carajás (PA), sendo transportadas por trem da Cia. Vale do Rio Doce (CVRD) através da Estrada de Ferro Carajás até o Porto da Ponta da Madeira, em São Luís, para exportação. Os produtos do complexo mineiro-metalúrgico e a soja constituem, então, os responsáveis pela reinserção do Maranhão no mercado externo; não obstante, contribuindo pouco para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável.

3 – A trajetória da agropecuária do Maranhão, sua relação com o mercado nacional e a formação do complexo exportador da soja

Entre as décadas de 1930 e 1980, deu-se uma transformação estrutural na economia brasileira com a mudança do centro dinâmico primário-exportador para um padrão de acumulação endógeno. Como se observou anteriormente, tal padrão foi

liderado pela indústria paulista, a qual vai ditando o movimento de integração do mercado nacional. Em linhas gerais, segundo Cano (1998: 149-301), tal movimento se deu em duas fases concomitante às transformações no processo de industrialização que se avançava.

O primeiro movimento se dá através da integração via dominação do mercado de mercadorias e está de acordo com a primeira fase da industrialização – fase *restringida* – entre 1930/1955, em que o setor industrial paulista vai dominando os mercados regionais, especialmente, por meio da produção de bens de consumo assalariados. O segundo movimento dá-se via a integração de capitais – período entre 1956/1985 – dentro de um contexto de oligopolização do processo de industrialização nacional, que neste período implanta os ramos de bens de capital e consumo duráveis, diversificando, assim, a matriz industrial brasileira.

O movimento de integração do mercado nacional, de acordo com Cano, produziu três tipos de efeitos, a saber: *estímulo, bloqueio e destruição* (Idem). No que toca à economia do Nordeste, o que prevaleceu, no primeiro movimento, foi o efeito de destruição do parque industrial da região. De acordo com Guimarães Neto (1989: 101-111), escudado no Relatório do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), do final da década de 1950, a indústria nordestina perdeu mercado tanto em relação às exportações para o Centro-Sul, quanto ao próprio mercado regional. No segundo movimento dá-se o processo de integração produtiva, isto é, o processo de industrialização nacional em curso estimula o crescimento industrial e demais setores produtivos por meio do deslocamento de capitais da Avenida Paulista para os espaços periféricos nordestinos e, também, por meio da ação governamental no investimento em infraestrutura e crédito para a produção (CANO, 1998; NETO, 1989).

Como afirmado anteriormente, no caso do Maranhão, a integração ao mercado nacional se deu via os grandes projetos governamentais – principalmente o projeto Grande Carajás. Contudo, o campo maranhense sempre foi visto pelo grande capital como reserva de valor. Num quadro de produção “arcaica” e de fronteira agrícola em expansão, o impacto da modernização da agricultura somente fortaleceu os fatores conservadores da exploração agrícola, assentadas no uso primitivo da terra e da força de trabalho, na baixa capitalização das unidades produtivas, cujas políticas agrícolas somente priorizaram a grande propriedade (PAULA & MESQUITA, 2008).

Em resumo, a transformação da agricultura maranhense, especialmente, na década de 1970, mostrou-se contraditória, à medida que introduz elementos modernos

no processo produtivo, ao mesmo tempo em que mantém a estrutura agrária arcaica, incentivando à grande empresa agrícola e expulsando violentamente pequenos posseiros e comunidades tradicionais, desorganizando assim formações sociais sem lugar de fato no processo de acumulação capitalista (MESQUITA; SILVA & PAULA, 2009).

A estratégia de modernização da agricultura no Maranhão, em especial conduzida no Regime Militar, foi de introduzir o grande capital na “fronteira”, ampliando de um lado o mercado para a indústria química e mecânica voltados para o segmento agrícola instaladas no sul e sudeste; dinamizando a concorrência intercapitalista (criação de grandes conglomerados agroindustriais, organizados no centro dinâmico, mas que vão incorporar grandes porções de terra na nova fronteira); e, promovendo a grande empresa agropecuária cujo objetivo, a partir dos subsídios, foi a produção em larga escala e a extração de recursos naturais, com baixo custo, mas competitivos no mercado internacional (MESQUITA; PAULA & SILVA, 2009).

É dentro desse contexto que se expande a sojicultura no Maranhão. Num primeiro momento, como já se salientou, o produto se desenvolveu na região sul do estado; e mais tarde, alastrou-se para a região leste.

É importante salientar também que, não havia interesse dos militares em estimular o acesso a terra ou financiar a pequena produção. Era a grande empresa o principal agente do desenvolvimento agrícola de acordo com o modelo de desenvolvimento adotado e estas necessitavam de estímulos para adquirir terras e se transbordarem na fronteira.

Se de um lado, o capital financeiro é o grande agente articulador da indústria e da agricultura no centro dinâmico do país, como bem definiu Delgado (1985, 33-45); é o Estado e suas políticas de fomento agrícola o principal agente indutor do desenvolvimento agrícola na periferia do capitalismo nacional, inclusive o Maranhão, como bem destacou Mesquita (2006), ao analisar a expansão da pecuária na década de 1970.

Com a crise dos anos de 1980 – econômica e fiscal – e a reestruturação produtiva que se intensifica com o novo padrão de acumulação mundial, assentado na chamada “globalização financeira” na década de 1990, a dinâmica da economia brasileira entrou numa nova fase, dentro de um quadro de desregulamentação ampla e de abertura comercial. No caso maranhense, no entanto, não se alterou o *modus operandi* de expansão e de atividades. Ou seja, continuou sendo prioritário a produção mineral e a pecuária extensiva; agora acrescido de novas *commodities*, em especial, a

soja e o eucalipto que, como já dito anteriormente, exclusivamente, para a transformação em carvão vegetal. O formato dessa expansão é o mesmo: extensivo/moderno e excludente (PAULA & MESQUITA, 2008; MESQUITA; SILVA & PAULA, 2009; MESQUITA; PAULA & SILVA, 2009).

Trocando em miúdos, com a reestruturação e adaptação do país no quadro da globalização, a economia maranhense submeteu-se totalmente às regras do mercado. A ação política anterior deixou de ser indutora para ser normalizadora das relações dos diferentes atores da cadeia produtiva. O capital financeiro e os complexos industriais passam a desempenhar papéis cada vez mais preponderantes nas decisões de investimento e na articulação intersetorial.

Percebe-se, portanto, que na década de 1980 o Maranhão teve um forte crescimento de sua economia, fruto da maturação dos grandes projetos. Entretanto, foi na década de 1990, num período de ajuste fiscal e reestruturação produtiva, a verdadeira “década perdida” para o Maranhão. Discute-se a seguir a dinâmica da economia maranhense nas décadas de 1980 e 1990.

4 – A dinâmica da economia maranhense nas décadas de 1980 e 1990

Ao contrário do que ocorreu na região Nordeste e no país, na década de 1980 a economia maranhense exibiu um forte crescimento na renda, que se expandiu à taxa de 8,3% a.a., comparada ao pífio desempenho do país (2,3% ao ano) e mais que o dobro da expansão do PIB nordestino – 3,3% ao ano – conforme a **Tabela 1**. O que acentua ainda mais o contraste é que, do ponto de vista da distribuição setorial, houve aumento do dinamismo da expansão industrial, ainda que este não tenha constituído um desdobramento natural da estrutura industrial pré-existente. Desagregada a *performance* industrial por grupos de atividades é possível perceber que a maior parcela do impulso de crescimento veio da indústria extrativa mineral (15,9% a.a.) e da construção civil (14,6% a.a.), refletindo a forte concentração de investimentos públicos e privados envolvidos na instalação dos grandes projetos Companhia Vale do Rio Doce e Alumar. No que diz respeito à indústria de transformação, esta avançou apenas 3,4% a.a., refletindo o quadro mais geral da economia brasileira, caracterizado por descontrole inflacionário, regressão salarial e desorganização do crédito público e privado.

Tabela 1 – Médias geométricas anuais de crescimento do PIB setorial e por atividades econômicas selecionadas – Brasil, Nordeste e Maranhão – 1980/1999

Atividade econômica	1980-90			1990-99		
	BR	NE	MA	BR	NE	MA
Agropecuária	3,1	1,5	-2,5	3,1	0,2	-1,6
Indústria	1,0	1,0	10,4	1,7	3,2	2,1
Extrativa mineral	7,4	6,0	15,9	4,9	0,1	x
Transformação	0,6	-1,6	3,4	0,9	2,9	1,5
Energia elétrica, gás e Abastecimento de água	6,4	7,0	9,2	3,9	4,7	4,2
Construção	-0,4	3,0	14,6	2,2	4,9	3,1
Comércio e Serviços	3,3	4,6	9,3	2,3	2,8	2,1
Comércio (inclusive restaurantes e hospedagem)	1,1	1,7	6,3	2,3	1,4	3,6
Transporte, armazenagem	3,0	7,2	11,6	3,8	4,7	3,3
Comunicações	14,4	12,0	16,5	9,7	14,0	11,7
Administração Pública	1,8	5,3	9,7	1,5	2,6	1,3
Total	2,3	3,3	8,3	2,1	3,6	1,4

FONTE: IBGE/SIDRA. (LIMA, 2005).

OBS: O espaço em branco relativo à linha da indústria extrativa mineral no Maranhão deve-se a não disponibilização de dados quantitativos para os respectivos períodos.

No plano nacional e no plano regional a chamada “década perdida”, marcada pelo encilhamento financeiro do Estado e pelas repetidas crises cambiais, significou nos dois casos uma regressão da ordem de dois pontos percentuais no peso da indústria de transformação na estrutura produtiva, como demonstrado na **Tabela 2**. No caso do Maranhão houve, ao contrário, uma ampliação da participação setorial da indústria, embora concentrada nos serviços industriais de utilidade pública (abastecimento de eletricidade e de água, com mais de um ponto percentual) e extrativa mineral (que deve ter absorvido quase que a esmagadora parcela do crescimento da indústria de transformação, de 1,5 pontos no período). Mesmo com tal expansão, no primeiro ano da década de 1990 a composição setorial do PIB maranhense evidenciava uma estrutura econômica menos diferenciada que a da região nordeste e do país: enquanto no Maranhão a indústria perfazia 25,3% do PIB (contra 39,5% na região NE e 43,6% no país), a agricultura respondia por 20% (contra 11,5% na média do NE e 7,7% no país) e os serviços abrangiam 56,1% (comparados a 55,1% na região NE e 49,1% no país). O pequeno peso da produção industrial é reflexo do ainda pequeno adensamento das atividades industriais, típicos de uma economia na qual cerca de 60% da população se encontra em domicílios rurais.

TABELA 2 – Composição do valor adicionado setorial e por grupos de atividade econômica – BR, NE e MA – 1985, 1990 e 2000

Períodos	1985			1990			2000		
	BR	NE	MA	BR	NE	MA	BR	NE	MA
Agropecuária	7,7	11,7	19,9	7,7	11,5	19,6	8,5	10,7	16,8
Indústria	44,9	40,5	23,2	43,6	39,5	25,3	43,9	37,7	26,3
Extrativa mineral	3,1	5,8	x	3,2	5,9	x	4,3	3,0	x
Transformação	31,5	22,6	16,1	29,0	20,5	17,6	28,1	21,4	17,8
Energia elétrica, gás e Abastecimento de água	2,9	2,3	1,4	3,4	3,0	2,4	3,8	3,1	3,0
Construção	7,4	9,8	5,8	8,0	10,1	5,3	7,7	10,2	5,5
Comércio e Serviços	47,8	52,9	56,9	49,1	55,1	55,1	47,6	50,4	56,8
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais	6,7	7,9	6,1	6,8	8,6	6,2	6,8	7,7	7,2
Alojamento e alimentação	1,2	1,7	1,0	1,4	2,1	0,8	1,3	1,6	0,8
Transporte e armazenagem	1,6	1,6	1,3	1,7	2,1	3,7	1,9	2,3	4,7
Comunicações	0,7	0,5	1,0	1,0	0,8	1,1	2,1	2,0	2,6
Intermediação financeira	6,5	3,4	2,7	6,4	3,9	3,1	6,2	3,7	3,4
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços às empresas	8,7	9,3	4,5	9,4	8,3	4,7	9,6	7,4	5,1
Administração pública	18,2	24,2	33,8	18,0	23,7	29,6	15,8	21,3	27,7
Saúde e educação mercantis	2,5	2,7	4,9	2,4	2,9	4,3	2,2	2,4	4,1
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1,3	1,2	1,1	1,5	2,1	1,0	1,3	1,6	0,9
Serviços domésticos	0,5	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4
Valor adicionado - Total	100								

FONTE: IBGE, Contas Nacionais e Contas Regionais, base 1985.

OBS: Idem à observação da Tabela 1.

No que diz respeito ao setor de maior peso na estrutura produtiva, o de comércio e serviços, os setores líderes na década de 1980 são o grupo de atividades Comunicações (expansão de 16,5% a.a.) e Transportes e Logística (11,6% a.a.), certamente um resultado funcional do ponto de vista dos grandes blocos de investimentos industriais realizados na década. Do ponto de vista do peso na estrutura

produtiva o destaque ao longo da década está na ampliação da participação das atividades reunidas sobre a rubrica transportes e logística (salto de 2,4 pontos). Destaque também para o elevado peso das atividades de Administração Pública que são responsáveis por cerca de 30% das atividades produtivas (comparados a 24,2% pontos na região nordeste e a 18,0 pontos para a média do país).

A década de 1990 marcou uma mudança na orientação estrutural da economia brasileira e influenciou decisivamente a região nordestina e o Maranhão. Assistiu-se a uma acelerada abertura comercial, ao enxugamento das atividades estatais e ao predomínio da orientação anti-inflacionária em relação ao crescimento econômico. A economia brasileira tornou-se mais aberta. Como demonstrado na **Tabela 1**, o Nordeste, menos aberto ao comércio exterior, perdeu espaço na nova orientação e viu o diferencial de crescimento em relação ao país encolher-se (crescimento de 3,6% médio ao ano, contra 2,1% do Brasil). A atividade industrial perdeu na região o papel de indutora do crescimento (1,2% de crescimento anual para a indústria de transformação), passando a ser liderada pelos segmentos de construção civil e serviços de utilidade pública, não obstante alguns estados tenham sido bem sucedidos durante a década na atração de empresas, especialmente do setor têxtil e calçadista, como, por exemplo, no Ceará e no Rio Grande do Norte. A atividade agrícola continuou perdendo terreno (avanço de 0,2% a.a.), sem que a ação estatal pudesse sustentar a atividade (2,6% ao ano).

Um aspecto importante a respeito da economia maranhense na década de 1990 é que esta derivou escasso ou nenhum dinamismo da melhora no cenário macroeconômico nacional pós-Plano Real. A década de 1990 foi condicionada pelo esgotamento do ciclo de investimentos que se maturou no estado na primeira metade da década de 1980, com a instalação do complexo metalúrgico-logístico Vale-Carajás, Alumar e Porto do Itaqui, e pelo aprofundamento da crise fiscal que se abateu sobre o estado. Como consequência, na década de 1990 a economia maranhense expandiu-se 1,4% ao ano (contra 2,1% no nível nacional e 3,6% no nível regional), ou seja, a renda do estado do Maranhão cresceu naquela década menos do que teria sido necessário para manter estável sua renda per capita.

A crise fiscal, por sua vez, teve suas raízes no ajuste fiscal prévio ao lançamento do Plano Real (1993-1994), que restringiu as transferências constitucionais para os estados e municípios (Fundo Social de Emergência), implicou na federalização da dívida mobiliária estadual (doravante onerada por pesados encargos reais) e na privatização do antigo BEM (Banco do Estado do Maranhão), com a consequente

redução da capacidade de financiamento de investimentos públicos e privados no estado.

Já o aprofundamento da crise fiscal no estado na segunda metade da década de 1990 pode ser explicado a partir de dois fatores: primeiro como reflexo da crise fiscal na esfera federal (devido à grande dependência do Maranhão em relação às transferências de recursos federais); segundo, por meio dos impactos da desaceleração da economia maranhense sobre a arrecadação de receitas próprias do estado, ainda mais se levarmos em conta que os grandes projetos exportadores já em plena operação naquele período tinham poucos efeitos multiplicadores sobre o emprego e sobre a geração de impostos. A contração dos gastos públicos refletiu nas restrições decorrentes da incapacidade do governo do estado em aproveitar as novas bases de tributação criadas com os desdobramentos produtivos da década anterior, as quais seriam agravadas a partir de 1996 pela entrada em vigor da Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir), que permitiu a desoneração de ICMS dos produtos básicos e semimanufaturados destinados à exportação (HOLANDA 2009).

Outro fator explicativo importante para as dificuldades da década de 1990 foram as condições macroeconômicas adversas que se seguiram à estabilização monetária, a partir da política de juros reais de 20% ao ano em média (restringindo a demanda doméstica) e câmbio valorizado (afetando a competitividade das exportações) (HOLANDA 2009).

A produção industrial no Maranhão, uma vez esgotado o impulso da instalação dos projetos da área de mineração e não ferrosos evoluiu a 2,1% ao ano, em um padrão de estagnação, cuja liderança passou a ser dos setores de serviços industriais de utilidade pública (água e energia, 4,2% a.a.) e construção civil (3,2% a.a.). A indústria de transformação expandiu-se durante esta década à taxa de 1,5% ao ano, menos da metade do indicador na década de 1980. Entretanto, o aspecto mais importante para explicar o mau desempenho da economia maranhense na década de 1990 está relacionado com a estagnação dos gastos públicos de uma maneira geral, não apenas os gastos em formação bruta de capital fixo, mas também as despesas correntes. Na **Tabela 2** percebe-se que a atividade “Administração Pública” reduziu sua taxa de crescimento de 9,7% na década anterior para 1,3% a.a. de expansão nos anos 90.

Para agravar mais a situação, o estado enfrentou duas grandes secas naquela década, as quais acentuou o quadro recessivo, em 1992/93, e particularmente em 1998/99. Como resultado de uma sucessão de anos ruins do ponto de vista climático,

assistiu-se no final da década a uma *débâcle* na produção agropecuária, a qual registrou um decréscimo anual da ordem de 1,6%, não obstante a incorporação de novas áreas para a agricultura comercial (na região de Balsas, no Sul do Estado e no nordeste do Estado, na região de Chapadinha) (HOLANDA 2009).

5 – Fontes de dinamismo da economia maranhense na década dos 2000

A década de 2000 trouxe mudanças substanciais. Ao contrário da década anterior, o estado do Maranhão passa a crescer a uma taxa superior à da economia brasileira e nordestina. De acordo com a **Tabela 3**, no período 2002 a 2007 os dados do PIB regional maranhense calculados pelo IBGE/IMESC apontaram para uma expansão média do valor adicionado de 6,9% a.a. posicionando o desempenho do estado acima do dinamismo da Região Nordeste (4,5% a.a.) e do País (4,0% a.a.).

Tabela 3 – Evolução do PIB entre 2002 e 2007 – BR, NE e MA – taxas de crescimento real anual e participação do Maranhão no PIB brasileiro e nordestino (a preços de 2007)

Ano	PIB a preços de 2007 (R\$ Milhões)			Crescimento (% anual)			Participação do MA (%)	
	BR	NE	MA	BR	NE	MA	MA/BR	MA/NE
2002	1.595.938	198.208	15.450	100	100	100	1,05	8,06
2003	1.785.299	229.343	18.915	1,1	1,9	4,4	1,09	8,52
2004	2.082.618	270.902	23.282	5,7	6,5	9,0	1,11	8,75
2005	2.413.054	316.668	27.596	3,2	4,6	7,3	1,18	9,03
2006	2.508.539	331.723	28.969	4,0	4,8	5,0	1,21	9,20
2007	2.661.345	347.797	31.606	6,1	4,8	9,1	1,19	9,09
Média 2002 a 2007 (%)				4,0	4,5	6,9	1,14	8,77

FONTE: IBGE, Contas Nacionais e Contas Regionais, base 2002.

Uma análise da composição setorial das fontes de crescimento da economia maranhense, conforme a **Tabela 4**, mostra que a maior contribuição para seu dinamismo no período 2002 a 2007 veio do segmento primário (Agropecuária, responsável por 24,8% da expansão total no período em análise), em grande parte devida à expansão da atividade extrativa vegetal (produção de carvão vegetal a partir do desmatamento e, em menor medida, mas crescendo significativamente de importância, a partir do reflorestamento).

O segundo setor de maior importância isolada foi a expansão dos gastos da Administração Pública (19,2% do crescimento), nos quais os gastos com educação (FUNDEB) tiveram um destaque. O terceiro segmento de grande expressão foram as atividades de comércio (16,9% do crescimento total no período), refletindo a expansão da renda disponível no estado, além da melhora das condições gerais de crédito no país. Por fim, temos as atividades da indústria de transformação, muito concentradas, no caso da economia maranhense, nas indústrias metalúrgica e mecânica, além da indústria de alimentos e bebidas, que também viu seu dinamismo se acelerar no período.

TABELA 4 – Composição e contribuição setorial para o crescimento do valor adicionado na economia maranhense – 2002 e 2007 - % ao ano e % do total

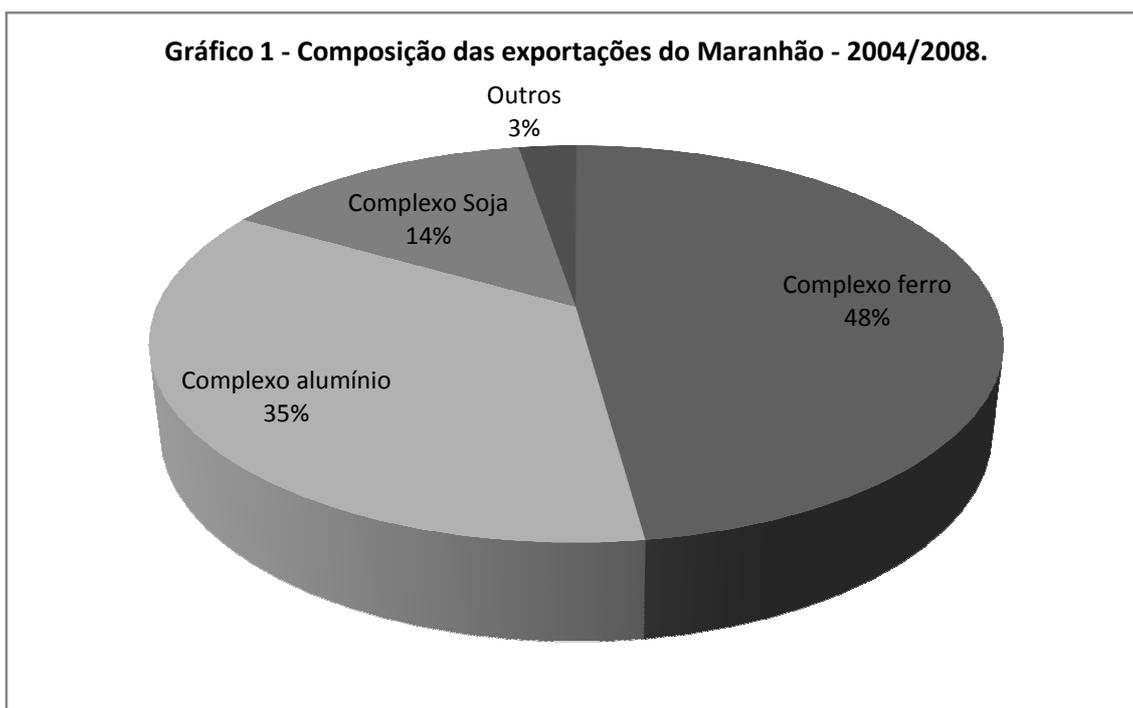
Setores e grupos de atividade	2002-2007 (% a.a)	Contribuição para o crescimento (%)
Maranhão	6,8	100
Agropecuária	9,8	24,8
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	13,3	23,4
Indústria	8,3	21,0
Extrativa mineral	43,0	3,8
Transformação	8,9	10,1
Construção	4,0	4,1
SIUP	9,8	2,8
Comércio e Serviços	5,6	54,2
Manutenção e reparação	8,1	16,9
Alojamento e alimentação	15,5	3,1
Transporte, armazenagem e correio	3,7	3,8
Serviços de informação	4,7	1,7
Intermediação financeira	5,7	2,6
Serv. Prestados às famílias e associativos	13,4	3,0
Serv. Prestados à empresas	7,5	2,1
Atividades imobiliárias e aluguel	1,0	1,4
Administração, saúde e educação públicas	6,2	19,2
Saúde e educação mercantis	-4,6	-1,2
Serviços domésticos	8,0	1,9

FONTE: IBGE, Contas Regionais. IMESC. Produto Interno Bruto dos Municípios do Maranhão – Nova Série 2002 a 2007, São Luís: IMESC/SEPLAN, 2009.

6 - Os três vetores principais da dinâmica da economia maranhense no período pós 2004

A radiografia da composição setorial do crescimento da economia maranhense mostrada na **Tabela 4** permite apreender as características centrais do padrão de acumulação desta economia, cuja dinâmica na última década foi condicionada por três fatores principais, principalmente após 2004, quando a economia brasileira acoplou-se ao movimento de forte crescimento do comércio internacional, liderado pela expansão da industrialização no sudoeste da Ásia. Os três fatores são os seguintes:

a. Expansão das exportações de *commodities* minerais e agrícolas: entre 2004 e 2008 a economia maranhense conectou-se de forma privilegiada ao ciclo de expansão do comércio mundial, através da rápida expansão das exportações de *commodities* primárias minerais e agrícolas. No período as exportações maranhenses cresceram à taxa de 23,2% ao ano. Este desempenho está diretamente relacionado com a expansão das atividades da indústria extrativa mineral (crescimento real de 3,8% a.a. entre 2002 e 2007), da agropecuária (com expansão real de 23,4% a.a., sustentada quase que inteiramente pela expansão da produção de carvão vegetal), e também da indústria de transformação (10,1% a.a., com destaque para a atividade metalúrgica). É importante ressaltar também que a forte expansão do comércio exterior maranhense, que fez do estado a quarta economia mais aberta ao exterior no Brasil e a mais aberta no Nordeste em 2008, reveste-se de algumas características peculiares, que são a elevada concentração da pauta de exportações em torno de três *commodities* (os produtos dos complexos ferro, alumínio e soja), os quais perfizeram em média cerca de 97% do valor das exportações maranhenses no período 2004-2008. De acordo com o **Gráfico 1** tal concentração, por sua vez, dá origem a uma elevada vulnerabilidade da economia maranhense em relação ciclo internacional.

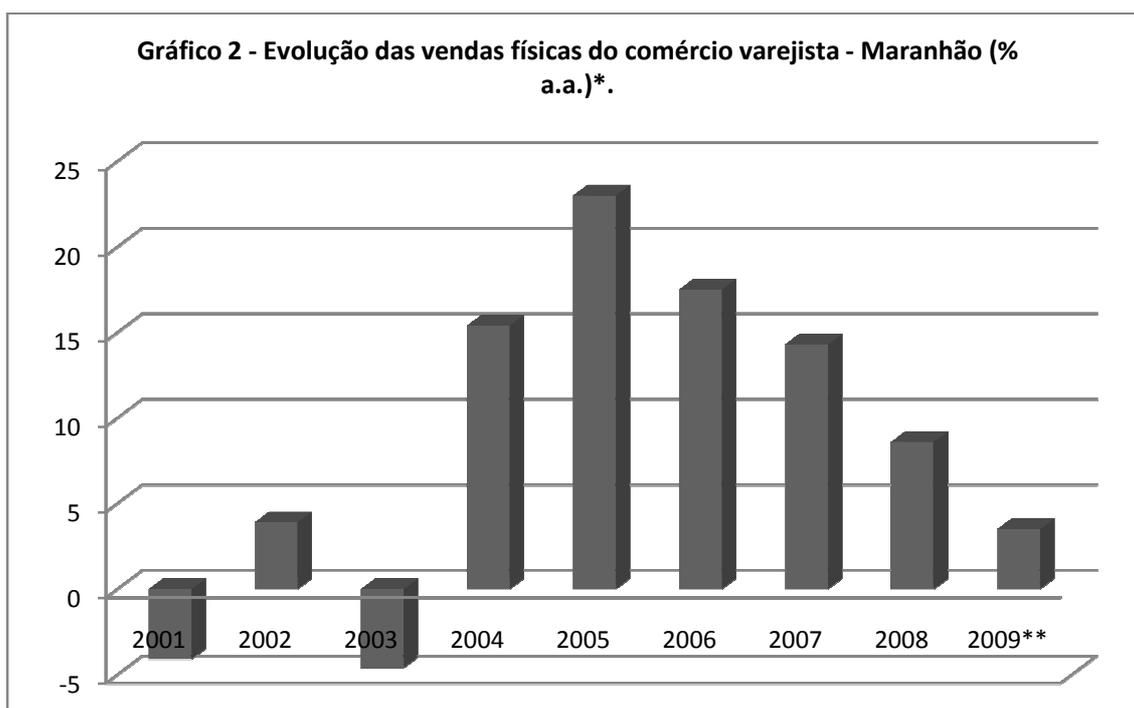


FONTE: MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. AliceWeb. www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br.

b. Expansão das Transferências federais: entre 2002 e 2009 as transferências constitucionais e voluntárias para o Estado cresceram à taxa de 5,0% em termos reais, enquanto que as transferências constitucionais e voluntárias para os municípios cresceram à taxa de 8,0% em termos reais. Neste último caso, é importante dizer que os recursos do Programa Bolsa Família, que perfazem cerca de 2,3% do PIB do estado (ou o equivalente a cerca de 30% de todas as demais transferências federais para os municípios maranhenses), não foram incluídos na contabilização das transferências federais. É importante afirmar que a expansão das transferências conviveu, no caso da esfera estadual com uma diminuição do peso das receitas transferidas em relação às receitas totais (conhecida como relação de dependência), enquanto que no caso da esfera municipal assistimos a uma ampliação da relação de dependência (IMESC, 2009B)

c. Expansão do crédito ao consumo e do financiamento imobiliário: a expansão do crédito ao consumidor se afirmou como uma das mais importantes mudanças estruturais da década. No caso do Maranhão, além do estímulo trazido pelas melhores condições macroeconômicas gerais (donde se destaca o sucesso obtido com o sistema de Metas de Inflação no período pós 2004, que permitiu a queda consistente da taxa real de

juros), há que se adicionar o impacto dos programas de transferência de renda para o estado, além do fato de ser a base de comparação bastante diminuta, o que potencializa os efeitos do avanço do crédito nos primeiros anos. Como consequência, assistiu-se a expansão do volume de venda físicas do comércio, que cresceu 103% ao ano, segundo dados do IBGE, ou a média de 17,3% ao ano no período, conforme o **Gráfico 2**.



FONTE: IMESC. Indicadores de Conjuntura Econômica Maranhense, Vol. 2 n. 4, São Luís: IMESC/SEPLAN, 2009.

Outro indicador dos efeitos do crédito na economia maranhense, em especial, a partir da segunda metade da década dos 2000, pode ser encontrado no desempenho das concessões de financiamentos para a construção imobiliária, que cresceram a cifra de 594,7% em termos reais no período 2006 a 2009, ou cerca de 90,8% ao mês, descontada a inflação.

7 – O mercado de trabalho maranhense nas últimas duas décadas

O mercado de trabalho maranhense corrobora em sua trajetória nas últimas duas décadas as características essenciais do padrão de acumulação. O aspecto mais notável nesta dinâmica foi a rápida urbanização da força de trabalho que, de predominantemente rural até o ano de 1992 (69,1%), passou a majoritariamente urbana em 2008 (65,0%),

conforme a **Tabela 5**. Esta abrupta transição deu-se em menos de duas décadas, e à custa de uma redução anual média de 2,9% na população ocupada em atividades agrícolas. No mesmo período a população ocupada urbana evoluía à taxa de 5,3% ao ano, insuficiente para reduzir o desemprego (crescimento da população desempregada de 6,9% no período). Entre 1992 e 2008, enquanto a população economicamente ativa cresceu a uma taxa de 1,50% ao ano, a população ocupada registrou uma expansão de 1,3% ao ano, refletindo um dinamismo do mercado de trabalho abaixo do necessário para reduzir o desemprego.

Tabela 5 – Evolução da PEA, população ocupada, população desempregada e da taxa de ocupação no estado do Maranhão – 1992, 2000 e 2008

Indicadores	1992	2000	2008	1992/2008	1992/2000	2000/2008
PEA	2.349.806	2.170.684	2.983.203	1,50	-0,99	4,05
PEA-Rural	886.716	1.314.985	2.026.203	5,30	5,05	5,55
PEA-Urbana	1.463.090	855.698	957.313	-2,62	-6,49	1,41
Popul. Ocupada	2.294.849	1.914.040	2.822.784	1,30	-2,24	4,98
Urbana	843.405	1.104.509	1.917.235	5,27	3,43	7,14
Rural	1.451.444	809.531	905.549	-2,91	-7,04	1,41
Rendimento médio mensal (R\$)*	102,14	322,47	536,09	10,92	15,45	6,56
Massa de rendimentos (R\$/mês)**	234.397,48	617.220,48	1.576.185,09	12,65	12,87	12,43
Pop. Desempregada	54.957	256.644	160.419	6,92	21,24	-5,70
Urbana	43.311	210.476	108.968	5,94	21,85	-7,90
Rural	11.646	46.167	51.764	9,77	18,79	1,44
Taxa de ocupação	97,7	88,2	94,6	-0,20	-1,27	0,89
Urbana	95,1	84,0	94,6	-0,03	-1,54	1,50
Rural	99,2	94,6	94,6	-0,30	-0,59	0,00

FONTE: IBGE-PNAD, 1992 a 2008.

OBS: * Obtido a partir da informação da PNAD do respectivo ano, corrigido pelo INPC acumulado até dez. 2008. **Multiplicando-se o rendimento médio mensal pela população ocupada.

O contraste entre os subperíodos 1992 a 2000 e 2000 a 2008, expostos na **Tabela 5** mostra realidades bastante distintas. Na década de 1990 o baixo dinamismo da economia levou a uma redução anual da população ocupada de 2,2% ao ano, o que levou a uma ampliação do desemprego da ordem de 21,2% ao ano. Já na década de 2000 a taxa de crescimento da população ocupada urbana, de 7,1% ao ano, foi suficiente para levar a população ocupada total a se expandir a taxas superiores à da PEA (4,1% a.a.), contribuindo para a diminuição do desemprego, pelo menos até o início da crise

financeira internacional (Setembro/Outubro de 2008), que afetou de forma adversa o mercado de trabalho maranhense.

Um aspecto notável de todo o período é que a massa de rendimentos expandiu-se a taxas bastante expressivas, mesmo no período 1992 a 2000, o que pode ser explicado, pela implantação dos programas de transferência de renda já na primeira metade da década de 1990, tais como a implantação do Programa de Aposentadoria Rural cujo impacto no Estado do Maranhão contribuiu para elevação do consumo.

A **Tabela 6** revela que o período 1992 a 2000 assistiu a uma desaceleração da atividade industrial, que perde participação no PIB do estado ao longo do período, com seu emprego na Indústria de Transformação passando de 12,3% para 11,0% da população ocupada em atividades não agrícolas, assim como o grupamento Outras Atividades (Extrativa Mineral e Serviços Industriais de Atividade Pública), que contrai de 2,3% para 1,0% da população ocupada em atividades não agrícolas.

Já o período de 2000 a 2008 testemunhou elevação do peso dos ocupados no grupamento de atividades da Construção Civil (de 9,1% para 13,7%), o que parece ter concorrido para a melhora das condições de financiamento imobiliário, especialmente nos segmentos de renda mais baixa, além do crescimento do emprego no grupamento dos ocupados no comércio (de 23,3% para 27,1%). Por sua vez, a indústria de transformação, refletindo a diminuta diversificação da economia maranhense, registrou uma queda em sua participação, que recua de 11,0% para 8,5% da população ocupada em atividades não agrícolas entre 2000 e 2008.

Em resumo, uma análise dos indicadores do PIB (IBGE) e do mercado de trabalho (CAGED e IBGE) do Maranhão aponta para um padrão de acumulação dotado de baixo dinamismo endógeno, vale dizer, altamente dependente do ciclo de *commodities* minerais e agrícolas no mercado internacional (com baixa ou nenhuma agregação de valor no estado) e de transferências fiscais e tributárias.

Tabela 6 – Pessoas de 10 anos ou mais ocupadas por setores e grupos de atividades – Total e participação no total – 1992, 2000 e 2008

Atividades	1992		2000		2008	
	N	%	N	%	N	%
Total	2.294.849	100	1.914.040	100	2.822.725	100
Agropecuária	1.388.111	60,5	853.000	44,6	987.173	35,0
Indústria	198.066	21,8	223.553	21,1	430.346	23,4
Transformação	111.470	12,3	116.354	11,0	156.331	8,5
Construção	65.751	7,3	96.245	9,1	252.058	13,7
Outras	20.845	2,3	10.954	1,0	21.957	1,2
Comércio e Serviços	708.672	78,2	837.487	78,9	1.405.206	76,6
Comércio e reparação	185.082	20,4	246.692	23,3	497.122	27,1
Transporte, armazenamento e correio	35.713	3,9	64.788	6,1	102.764	5,6
Administração pública	64.943	7,2	80.493	7,6	127.347	6,9
Educação, saúde e serviços sociais	155.860	17,2	148.090	14,0	260.849	14,2
Outros serviços	267.074	29,5	297.424	28,0	417.124	22,7

FONTE: IBGE, Censo 1992. PNAD's 2000 e 2008.

OBS: A classificação “outras indústrias” inclui Extrativa Mineral e Atividades de Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP). No ano de 2008 a classificação “outros serviços” inclui atividades mal definidas. A partir de 1992 serviços de reparação (mecânica entre outros) aparece em “comércio e reparação”, sendo que antes era incluído em “outros serviços coletivos, sociais e pessoais”.

8 - A economia maranhense frente à crise econômica internacional

Um olhar sobre o mercado de trabalho maranhense nos últimos dois anos permite compreender porque a economia do estado foi tão abruptamente afetada pela crise financeira internacional. Conforme os dados do CAGED (Ministério do Trabalho) relativos à evolução do emprego formal (**Tabela 7**), entre novembro e dezembro de 2008 foram extintos pouco mais de 6,6 mil empregos formais líquidos, concentrados nas atividades Agricultura e Silvicultura, indústrias Metalúrgica e Mecânica, além de um expressivo corte de vagas no setor de Serviços, principalmente nos segmentos de Transportes, alojamento e alimentação e serviços prestados às empresas.

O período janeiro a junho de 2009, ao contrário do que ocorreu no ano anterior, foi caracterizado por forte concentração de desligamentos, tendo registrado um saldo líquido de 8,1 mil demissões. O destaque esteve no setor de construção civil (-3,7 mil vagas), o qual se deveu em sua maior parte à descontinuidade de obras de infraestrutura, e não ao segmento de construção residencial, que continuou absorvendo liquidamente novos contratados. Outra atividade que registrou uma dramática contração no emprego

foi a indústria metalúrgica (-1,2 mil postos de emprego formal), basicamente em função da virtual paralisação da produção de ferro gusa no estado, novamente demonstrando a vulnerabilidade da economia maranhense ao ciclo externo.

Tabela 7 – Evolução do mercado de trabalho no Maranhão ao longo dos anos de 2008 e 2009, segundo subsetores de atividade (pessoas e %)

Subsetores de atividades	nov-dez/08	Total-2008	Estoque-08	jan-jun/09	jul-dez/09	Total-2009	Estoque-2009	Var. (%) Estoque 08/09
Extrativa mineral	-253	-105	785	74	47	121	906	15,4
Indústria de Transformação	-2.464	2.292	35.594	-861	159	-702	34.892	-5,4
Ind. Metalúrgica	-582	-482	5.811	-1.206	121	-1.085	4.726	-18,7
Ind. Mecânica	-301	969	3.192	57	188	245	3.437	7,7
Ind. Alimentos	-1.099	784	10.384	565	-1.463	-898	9.486	-8,6
Outras indústrias	-482	1.021	16.207	-277	1.313	1.036	17.243	14,2
Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)	-63	-164	6.231	152	-36	116	6.347	1,9
Construção civil	779	10.150	40.482	-3.677	-350	-4.027	36.455	-9,9
Comércio	616	5.368	94.890	-169	3.366	3.197	98.087	9,6
Comércio varejista	510	3.628	78.219	-766	2.799	2.033	80.252	2,6
Comércio atacadista	106	1.740	16.671	597	567	1.164	17.835	7,0
Transporte e comunicações	-491	936	20.834	-1.854	-643	-2.497	18.337	-12,0
Serv. Alojamento, alimentação etc.	-85	1.155	38.987	-1.006	-622	-1.628	37.359	-4,2
Ser. Prestados à empresas	-223	274	120.964	-2.366	321	-2.045	118.919	-4,7
Agropecuária	-4.379	-3.100	17.204	-1.511	-18	-1.529	15.675	-8,9
Total	-6.630	19.344	540.010	-8.115	3.331	-4.784	535.226	-0,9

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS/CAGED. <http://sgt.caged.gov.br>.

As atividades de serviços prestados às empresas (-2,4 mil vagas), transportes e comunicações (-1,9 mil vagas) e serviços de alojamento e alimentação (-1,0 mil vagas) registraram igualmente fortes decréscimos no emprego formal. O grupo de atividades de agropecuária, principalmente nas atividades de extrativismo vegetal (produção de carvão) também registraram significativo decréscimo no emprego formal no primeiro semestre de 2009 (-1,5 mil vagas).

No período julho a dezembro de 2009 já é possível perceber a retomada das contratações líquidas no mercado de trabalho maranhense, embora em intensidade bem menor do que a que se verifica no plano nacional. Os destaques no terceiro trimestre de 2009 são as atividades do comércio, com a abertura de 3,4 mil postos de emprego formal, enquanto que a indústria de alimentos e bebidas registrava um corte significativo de vagas (-1,4 mil vagas). Em 2009, em contraste com o plano nacional a economia maranhense registrou um encolhimento de 0,9% dos postos de trabalho formais.

Pode-se afirmar que as perspectivas são de uma aceleração da atividade econômica para os próximos anos, tendo em vista a melhora significativa das condições de crédito e, principalmente, aos grandes investimentos anunciados, cujas obras civis deverão se acelerar ao longo do biênio 2010/2011.

9 – À guisa de conclusão: considerações sobre o novo ciclo de investimentos (oportunidades e obstáculos)

Sob qualquer critério de análise o pacote de investimentos para o Maranhão nos próximos seis anos (**Tabela 8**), trata-se de uma impressionante concentração de gastos, cerca de R\$ 66,5 bilhões, cujos impactos sobre a formação bruta de capital fixo do estado serão suficientes para elevá-la em cerca de 10% do PIB durante o período. Esta elevação da FBKF ocorreria sob a hipótese conservadora de que apenas cerca de 25% do valor dos investimentos a serem implantados se reverta em compras dentro do próprio estado, principalmente nos segmentos de construção civil, e serviço transportes, hospedagem e alimentação e serviços prestados às empresas⁵.

Uma análise da distribuição setorial dos investimentos expostos na **Tabela 8** indica que os segmentos de petroquímica, logística, geração e distribuição de energia, minero-metalurgia e reflorestamento representam pouco mais de 95% do total das inversões, ou cerca de R\$ 62,0 bilhões. Além da forte concentração setorial, há também uma elevada concentração regional dos investimentos, visto que tanto a Refinaria Premium da Petrobrás, quanto os projetos de logística e minero-metalurgia concentram-se na Ilha do Maranhão (onde fica a capital) e seus arredores, o que deverá intensificar o processo de concentração produtiva na região norte do Estado, que foi observado na última década.

Outro aspecto importante é que a referida concentração em projetos voltados à exportação de *commodities* agrícolas e minerais, além da produção de energia elétrica, todos altamente capital intensivos, há uma grande discrepância entre a geração de empregos na fase de instalação e na fase de operação. Com efeito, enquanto são esperados a geração de cerca de 223 mil postos de trabalho nas fases de instalação dos

⁵ Para o pacote de investimentos 2010-2011, consultar as seguintes fontes: Secretaria Estadual de Indústria e Comércio (SINC). Secretaria Estadual de Planejamento (SEPLAN). Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA).

projetos, a fase de operação deverá assegurar tão somente a geração de cerca de 9 mil postos de trabalho.

TABELA 8 – Investimentos em andamento e planejados – Maranhão – 2010/2016 (em R\$ Mil)

Segmento	Projeto	Empresas	Invest. estimado (R\$ Mil)	% Total	Empregos	
					Implantação	Operação
Petroquímica	Refinaria Premium I	PETROBRAS	35.000.000	52,7	130.000	1.500
Logística	Prolongamento e duplicação da ferrovia Carajás, ampliação do terminal ferropoortuário da Ponta da Madeira, construção do píer IV do Porto do Itaqui. Ferrovia Norte-Sul. Duplicação da BR-135	VALE, VALEC, EMAP, PAC	13.377.000	20,1	20.200	800
Geração e distribuição de energia	UHE/Estreito; UTE/Itaqui; UTE/Geranorte; Transmissão de energia elétrica	CEST;MPX; CEMAR/SUDENE; GOV. Federal	5.911.000	8,9	15.000	1.750
Mínero-metalúrgia	Expansão ALUMAR; Gusa Nordeste Aciaria, Beneficiamento de alumínio, rodas de alumínio	ALUMAR; FERROESTE; Grupo Brasil/Alujet	5.540.000	8,3	14.000	1.000
Reflorestamento, papel e celulose	Suzano Papel e Celulose	Suzano Papel e Celulose	3.750.000	5,6	18.500	1.500
Açúcar, e álcool, biodiesel e Óleos	Complexo sucroalcoleiro, cana de açúcar e biodiesel	Empresa G5	1.22.687	1,9	13.500	600
Construção civil e imobiliário	PAC-Rio Anil, Bloco estrutural	Gov's. Federal e Estadual	552.500	0,8	8.000	X
Indústria de alimentos e bebidas	Massas, biscoitos, bebidas, laticínios, frigorífico, carnes e embutidos	AMBEV	385.026	0,6	2.000	900
Cadeia de soja	Esmagadora de soja, avicultura	ABCInco/ALGAR; Notaro alimentos	366.000	0,6	3.800	500
Química	Fertilizantes e fármacos		127.510	0,2	1.300	150
Produção de sementes	Pastagens e fruticultura		40.215	0,1	450	300
Comércio	Expansão de supermercados	Grupo Mateus	30.000	0,0	850	300
Outros	Pesquisas minerais; movelaria; couro; maquinas e usinagem		103.893	0,2	2.500	600
Total			66.435.831	100	223.500	9.900

FONTE: O quadro foi elaborado a partir das informações coletadas às seguintes instituições: Secretaria Estadual de Indústria e Comércio (SINC). Secretaria Estadual de Planejamento (SEPLAN). Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA).

Tome-se o projeto de investimento da Refinaria Premium I da Petrobrás, a ser instalada no período 2010 a 2016 nos municípios de Bacabeira (Refinaria) e no distrito industrial de São Luís (Terminal Aquaviário). Trata-se de um investimento avaliado em US\$ 19,8 bilhões (cerca de R\$ 35 bilhões), cuja geração de postos de trabalho, estimada pela empresa em cerca de 130 mil empregos ao longo do período de instalação, deverá atingir o pico de 25 mil empregos entre 2012 e 2013. Em sua plena operação a Refinaria deverá processar o equivalente a 600 mil barris de petróleo/dia, cerca de 1/3 da capacidade atual de refino de combustíveis do país, e deverá exportar cerca da metade de sua produção sob a forma de diesel Premium para o mercado europeu.

A partir da literatura que aborda a industrialização brasileira ao longo do século XX é possível afirmar que grandes investimentos, como a instalação de refinarias, estão relacionados a uma grande elevação da renda per capita, mas não cria, por si só as condições para a distribuição da renda e das oportunidades (TAVARES, 1982; LESSA, 1998; CASTRO & SOUZA, 1985).

Em sua fase de pleno funcionamento a Refinaria Premium deverá gerar cerca de 1,5 mil empregos diretos, um número muito inferior ao envolvido no processo de instalação. O grande volume das obras implicará no deslocamento de grande contingente populacional para os Municípios de Bacabeira, Rosário e São Luís, que deverá polarizar uma série de atividades e de apoio serviços de apoio ao empreendimento. Haverá uma intensificação no já saturado trânsito da capital, além da continuidade da elevação dos preços de aluguéis. Em Bacabeira e Rosário, onde se instalará um enorme contingente de trabalhadores para a fase de construção e instalação do empreendimento, haverá uma expansão demográfica, com o risco de favelização, aumento da violência, etc.

Há, por conseguinte, a necessidade de medidas adicionais para garantir o desenvolvimento dos elos à jusante das cadeias petroquímica, minero-metalúrgica e de papel e celulose (onde podem ser gerados muito mais empregos) e para manter a empregabilidade do enorme contingente de trabalhadores que participará do processo de instalação dos empreendimentos. Há que se pensar os projetos de investimento que serão realizados no Maranhão do ponto de vista de sua articulação com uma determinada territorialidade. Deste ponto de vista é importante lembrar que há pelo menos quatro dimensões que devem ser levadas em conta quando pensada tal dinâmica, de forma a maximizar os ganhos para o estado e sua população. Deve-se buscar: a) estímulos ao uso da mão-de-obra local (o que implica em desenvolver sua capacitação e

formalização); b) a contratação de empresas locais (o que implica também na capacitação, na certificação/padronização e na formalização das mesmas); c) a busca de projetos/mix de produção que maximizem a arrecadação de impostos no futuro; d) a proteção ao meio ambiente.

Devido à concentração de investimentos, a economia maranhense deverá continuar exibindo um dinamismo maior que a economia nordestina e brasileira na década de 2010-20, mas tal dinamismo não implicará necessariamente na geração de empregos e impostos da mesma magnitude e tampouco na desconcentração das atividades produtivas. O modelo de expansão segue sendo ditado pela articulação com os mercados internacionais de *commodities* agrícolas e minerais, portanto vulnerável às oscilações daqueles mercados. O modelo não parece ser capaz de dar respostas à expressiva parcela da população que segue ocupada nas atividades de agricultura familiar e nos pequenos núcleos urbanos atualmente dependentes em grande medida das transferências federais.

Fontes e Referências

Fontes

Center for Research Libraries. Global Resources Network. **Relatórios de Presidentes de Província**. Maranhão. www.crl.edu.

Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA). www.fiema.org.br.

IBGE/SIDRA. www.sidra.ibge.gov.br.

IBGE. Contas Nacionais e Contas Regionais.

IBGE/PNAD. 2000/2008.

IMESC. Indicadores de Conjuntura Econômica Maranhense, Vol. 2 n. 4, São Luís: IMESC/SEPLAN, 2009-A.

IMESC. Produto Interno Bruto dos Municípios do Maranhão – Nova Série 2002 a 2007, São Luís: IMESC/SEPLAN, 2009-B.

Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional (STN). www.tesouro.fazenda.gov.br.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. AliceWeb. www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br.

Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS/CAGED. <http://sgt.caged.gov.br>.

Secretaria Estadual de Indústria e Comércio (SINC). www.sinc.ma.gov.br.

Secretaria Estadual de Planejamento (SEPLAN). www.seplan.ma.gov.br.

Referências

ARCANGELI, A.. *O mito da terra. Uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense*. São Luís: UFMA, 1987.

CANO, W.. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil – 1930/1995*. 2 ed., Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

CASTRO, A. B. de & SOUZA, F. E. P. de.. *A economia brasileira em marcha forçada*. 2 ed., Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985.

DELGADO, G. C.. *Capital financeiro e agricultura no Brasil – 1965/1985*. São Paulo/Campinas: Ícone/UNICAMP, 1985.

FURTADO, C.. *Formação econômica do Brasil*. 16 ed., São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979.

HOLANDA, F.. Algumas evidências sobre a dinâmica recente da economia maranhense. In: *Cadernos Imesc nº 4*, São Luís: Imesc/Seplan, março de 2009.

LESSA, C.. *A estratégia de desenvolvimento – 1974/1976. Sonho e fracasso*. 2 ed., Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

LIMA, J. P. R.. Traços Gerais do Desenvolvimento Recente da Economia do Nordeste, Recife: PIMES/UFPE, 2005. (mimeo).

MESQUITA, F. A. L.. *Vida e morte da economia algodoeira no Maranhão*. São Luís: Ed. UFMA, 1987.

MESQUITA, B. A. de.. *A Transformação da Pecuária bovina no Maranhão sob a ação governamental e as forças de mercado: ritmos e rumos da ação do capital no período de 1970 a 2000*. (Tese de Doutorado). Paris/São Luís: Paris III/UFMA, 2006.

MESQUITA, B. A. de; SILVA, J. R. S. & PAULA, R. Z. A.. A intervenção governamental, o mercado e as atividades do agronegócio na Amazônia Legal. In: *Anais do I Colóquio Internacional sobre Desenvolvimento Local e Sustentabilidade*. São Luís: UEMA, 2009.

MESQUITA, B. A. de; PAULA, R. Z. A. & SILVA, J. R. S.. Fatores propulsores da expansão recente da agricultura capitalista no Maranhão. In: *IV Jornada Internacional de Políticas Públicas*. São Luís: UFMA, 2009.

NETO, L. G.. *Introdução à formação econômica do Nordeste. Da articulação comercial à integração produtiva*. Recife: Ed. Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 1989.

PAULA, R. Z. A. de, & Mesquita, B. A.. A Dinâmica recente, impacto social e perspectivas da economia do Estado do Maranhão - 1970/2008. In: *Fórum BNB de Desenvolvimento e XIII Encontro Regional de Economia*. FORTALEZA: 2008.

PAULA, R. Z. A. de. & SILVA, M. R. M.. O comércio marítimo do Maranhão no século XIX. In: *Anais do VIII Congresso Brasileiro de História Econômica e 9 Conferência Internacional de História de Empresas*. Campinas-SP. Setembro de 2009.

TEIXEIRA, C. M. G.. *Ciclo de desenvolvimento da indústria têxtil em Caxias-MA*. (Mestrado). Campinas: IE/UNICAMP, 2003.

TAVARES. M. C.. *Da substituição das importações ao capitalismo financeiro*. 10 ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

TAVARES, M. C.. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. 3 ed., Campinas: IE/UNICAMP, 1998.